

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 473, DE 2009 (Apensos o PLP's Nº 159/2012 e Nº 264/2013)

“Altera o art. 25 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, e o art. 10 da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992.”

Autor: Deputado MANOEL JÚNIOR

Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

I – RELATÓRIO

O objetivo do presente projeto de lei é assegurar aos titulares do Poder Executivo, quando tomam posse em novo mandato, um prazo mínimo de noventa dias para adoção das providências necessárias à prorrogação de convênios e instrumentos congêneres que eventualmente tenham sido deixados com pendências pela administração anterior.

Nos termos regimentais e por tratar de matéria semelhante, foram apensados ao projeto original os PLP's Nº 159/2012 e Nº 264/2013. Nos dois casos, porém, o prazo concedido foi de sessenta dias.

A matéria foi distribuída à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que a aprovou por unanimidade; à Comissão de Finanças e Tributação, que deve dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria tratada no Projeto de Lei Complementar Nº 473, de 2009 e seus apensos não tem repercussão direta ou indireta nos Orçamentos da União, eis que se reveste de caráter essencialmente normativo

2618808A12

2618808A12

ao fixarem prazos para prorrogação de convênios no período pós-eleitoral. Não têm, portanto, impacto orçamentário ou financeiro públicos.

No mérito, estamos perfeitamente de acordo com a medida. Não obstante as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem-se tornado relativamente comum neste País, principalmente no nível das administrações municipais, o gestor em processo de saída não respeitar as regras da Lei, deixando para o seu sucesso uma lista quase interminável de pendências relacionadas aos convênios com a União, de modo a dificultar, quando não literalmente inviabilizar a administração seguinte. É preciso, portanto, fazer os devidos ajustes, permitindo aos titulares eleitos um prazo mínimo de adaptação.

Em vista de tudo o que foi exposto, votamos **pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição de receita pública**, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos financeiros e orçamentários do Projeto de Lei Complementar nº 473, de 2009 e dos PLP's nºs 159/2012 e 264/2013. No mérito, votamos **pela aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 473, de 2009 e **pela rejeição** dos PLP's nºs 159/2012 e 264/2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOÃO MAGALHÃES
Relator